

MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA: CINQUENTA ANOS DE UM TEXTO ATUAL E MULTIFACETADO

STRUCTURAL TRANSFORMATION OF THE PUBLIC SPHERE:
FIFTY YEARS OF AN ACTUAL AND MULTIFACETED TEXT

Gilvan Luiz Hansen *
José Eliezer Teixeira Pereira
Rosely Dias da Silva
Solange Machado Blanco
Tânia Marcia Kale

recebido: 10/2012
aprovado: 11/2012

Resumo: Passados cinquenta anos da obra *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas, sua obra ainda desperta interesse e continua atual. Este trabalho apresenta em seu contexto um breve histórico da formação da esfera pública brasileira, mostrando alguns

* *Gilvan Luiz Hansen é doutor em Filosofia, docente do Departamento de Direito Privado da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Mestrado Profissional em Justiça Administrativa (PPGJA/UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGSD/UFF). Também é líder dos Grupos de Pesquisa “Habermas: concepções e interlocuções” e “Democracia, Estado de Direito e cidadania”, ambos registrados no CNPq. Os demais autores são mestrandos do PPGSD/UFF e participantes dos referidos Grupos de Pesquisa. m@il: glhansen@ibest.com.br*

de seus contrastes e desafios com ênfase nos meios ético-discursivos para a solução de conflitos. Destaca a mediação como um instrumento de regate da cidadania para a formação da esfera pública. Finalmente discute como essa esfera pública se efetiva o âmbito da instituição universitária brasileira. A Universidade Pública, espaço de formação humana por excelência, vem passando por grandes mudanças nos últimos tempos. Além de dar conta do desafio de atender a uma sociedade cada vez mais complexa, vem sofrendo profundas alterações estruturais com a implantação de projetos de expansão elaborados sem o devido debate discursivo, a exemplo do REUNI. Urge que a sociedade acompanhe crítica e ativamente esse processo a fim de garantir a manutenção da sua qualidade do ensino e da sua relevância enquanto espaço público e democrático.

Palavras-chave: Universidade Pública, REUNI, Democracia. Agir Comunicativo. Esfera Pública. Mediação. Educação. Habermas.

Abstract: Past fifty years of the work “Structural change in the public sphere” by Habermas, his work still arouses interest and continues current. This work presents in its context a brief history of the formation of Brazilian public sphere, showing some of its contrasts and challenges with emphasis on ethical and discursive means for solving conflicts. Emphasizes mediation as an instrument of recovery of citizenship for the formation of the public sphere. Finally, it discusses how the public sphere is realized under the Brazilian university. The public University, a space for human formation by excellence, has been going through major changes in recent times. Apart from realizing the challenge to attend a increasingly complex society, it has undergone profound structural changes with the implementation of expansion projects designed without proper debate discursive, like the REUNI. Urge that society critically and actively monitor this process to ensure the

maintenance of quality of education and its relevance as a public space and democratic.

Keywords: Public University. REUNI. Democracy. Communicative Action. Public Sphere. Mediation. Education. Habermas.

Introdução

Cinquenta anos se passaram desde que Jürgen Habermas lançou sua obra “Mudança estrutural da esfera pública” (MEEP), mas em que pesem as transformações sociais profundas que se fizeram acontecer desde então, o texto do referido pensador alemão continua atual.

No direito, na educação, na gestão institucional, na economia, nas relações sociais em geral, a MEEP permanece como um texto intrigante e provocador, desafiando-nos na interpretação, mas também nos levando a perceber que, “apesar de tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”.

Em meio século, diversas modificações se processaram no âmbito geopolítico, tecnológico e social, mas o significado da esfera pública ainda se mostra como enigma a ser deslindado pelo nosso tempo.

O presente trabalho consiste num esforço coletivo que se move na expectativa de podermos compreender melhor o impacto da MEEP, de Habermas, sobre os cinquenta anos que separam a obra criada do momento da criação. Para tanto, procuraremos transitar sobre alguns aspectos que a obra suscita, mediante desdobramentos crítico-reflexivos provocados pela MEEP. Tal análise se dá a partir do enfoque da mediação de conflitos no âmbito das relações sociais e também a partir da gestão universitária, vislumbrando os desafios internos e externos às instituições universitárias no que diz respeito à formação da esfera pública.

1. Esfera pública e a mediação de conflitos

1.1 A formação da esfera pública européia e brasileira: contrastes e desafios

O descobrimento ou o “achamento” (termo utilizado por alguns historiadores) do Brasil derivou, dentre outros motivos, do fato de que Portugal muito cedo se tornou uma monarquia centralizada e assim havia capital para uma aventura a procura de benefícios materiais: ouro e especiarias.

Havia, por outro lado, um sonho por uma nova terra influenciando e encorajando os expedicionários provenientes do contato com genoveses na Itália, que tinham a técnica da navegação. O espírito do povo português por novas terras, uma necessidade histórica, fez personalidades tal como o navegador Pedro Álvares Cabral tornarem-se grandes nomes. Esse processo histórico não aconteceu por acaso, pois foi fruto de outro processo dialético: comércio e imperialismo.

No contato com os nativos, o clero estava interessado com a catequese. Os religiosos acreditavam que os índios eram seres humanos que precisavam ser educados na fé cristã para terem o livre arbítrio na escolha entre o bem e o mal. Em outras palavras, eles seriam seres racionais e não apenas animais. Quanto à nudez dos tupinambás, seria um sinal de almas puras e inocentes. O capuchinho francês Claude d’Abbeville publicou em 1612, no seu livro *História da Missão de Padres Capuchinos no Maranhão* (apud CALDEIRA, 2008, p. 33):

A vergonha provém, com efeito, da consciência da malícia do vício ou do pecado, e esta resulta do conhecimento da lei. *Peccatum non cognovi* [eu não teria conhecido o pecado], diz São Paulo, *nisi per legem* [se não fosse pela lei]. Como os maranhenses jamais tiveram conhecimento da lei,

não podiam ter, tampouco, consciência da malícia,
do vício nem do pecado.

O êxito das grandes navegações dependeria da obtenção de riquezas e o Brasil seria apenas um ponto de parada na rota para as Índias. Os colonizadores deveriam lutar para o sucesso sem estarem limitados pela moralidade. O primeiro conflito com os nativos foi trágico: expulsão de suas terras e mortandade pelas doenças trazidas pelos portugueses. Os quadros retratando harmonia entre portugueses e índios que são expostos em museus estão muito aquém da realidade, pois seus autores foram pintores do século XIX vindos da Coorte Portuguesa. Essa realidade está apregoada num relato objetivante do calvinista francês Jean de Lévy por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro em 1556, “em verdade, penso que esses selvagens pouco diferem dos animais” (CALDEIRA, 2008, p. 35). As censuras morais foram excluídas pelo fato de se tratar o índio como coisa e como não há que se falar em moral nas coisas, surgiu a justificação para o excesso de crueldade.

Diante do fracasso das capitânias hereditárias, primeira organização de latifúndios no Brasil, foi instaurado um governo central e começou a exploração econômica da cana de açúcar. Para encontrar uma mão de obra rentável, utilizaram os índios e africanos como escravos. Os europeus perceberam que os escravos não eram apenas mão de obra, mas poderiam ser produtos num comércio chamado de “tráfico negro”. Os colonizadores dissolveram a dignidade humana em valor de troca e substituíram a vida pelo comércio. Os negros vinham de regiões variadas da África e não se conheciam, uma vez que os Senhores não desejavam que eles tivessem algum estado de organização. A história das sociedades ocidentais (européias) marcadas por lutas entre classes (feudalismo/burguesia) não ocorreu, neste primeiro momento da história brasileira, por não existir um espaço comunicativo de acesso livre capaz de criticar a escravidão. A resistência dos negros africanos, não tão intensa como a insurreição ocorrida no Haiti, foi

na formação e estruturação dos quilombos, onde também havia brancos.

Ao contrário do que se poderia imaginar, nasce um espírito de brasilidade, uma filiação por todos que habitam a Colônia, por ocasião da invasão dos holandeses. Para ganhar postos de comércio de escravos, a invasão holandesa resultou numa luta na qual estiveram juntos, não apenas os portugueses, mas os colonos, os índios e os negros. Apesar do grande cruzamento de progênes (índio, negro e branco) na formação do povo brasileiro, não havia aflorado o nacionalismo. Segundo Habermas, em seu livro *A Inclusão do Outro*, “o princípio de nacionalidade significa um direito a autodeterminação nacional” (HABERMAS, 2002, p. 159): isso era inexistente, ainda, naquela época.

Ainda em meados do século XVIII, ao contrário dos espanhóis no continente americano, os portugueses não haviam encontrado o tão sonhado ouro, até que os bandeirantes o encontraram em Minas Gerais, gerando uma grande corrida de aventureiros portugueses para o Brasil. Com chegada desses garimpeiros vindos da Europa, desenvolveu-se uma esfera pública, visto que os filhos dos portugueses daqui iam estudar na Europa e voltavam impregnados com as ideias e os ideais iluministas resultantes da esfera pública européia. Essas pessoas esclarecidas começam a formar lampejos de uma opinião pública, ainda elitizada e restrita, mas geradora de críticas e de movimentos sociais contra a dominação portuguesa como, por exemplo, a inconfidência mineira. Entre outras tantas, ela foi a mais proeminente. A Coroa Portuguesa montou um grande processo de julgamento de caráter inquisitivo, condenou inúmeras pessoas e ao final, numa ostentação, enforcou Tiradentes.

No outro lado do Oceano Atlântico, ao início do século XIX, com a Inglaterra como potência dominante, houve o interesse numa mão de obra livre, então, mais interessante ao capitalismo, assim o sistema colonial baseado na escravidão começou a ruir. Junto com os movimentos para a autonomia da colônia, entraram as ideias de

liberdade de comércio e de expressão, porém não era uma liberdade igual para todos. Falava-se em autonomia e não em independência.

Na Europa, Portugal estava acuado pelos franceses liderados por Napoleão Bonaparte sob ameaça de uma possível invasão. Após a vinda da família real, D. João VI mudou o quadro do Brasil, a colônia virou metrópole e a metrópole virou colônia. Houve transformação na arquitetura, nos costumes, nas artes, na liberalização do comércio internacional (abertura dos portos à Inglaterra) com a vinda de técnicos, artistas, pintores e pensadores portugueses. Até a chegada da família real e a transformação do Brasil em sede da Coorte Portuguesa, não se permitia aqui a imprensa; tornada sede do governo, cria-se estrutura que permite o surgimento de jornais e outros materiais impressos.

D. João VI conseguiu fazer a passagem da cultura portuguesa para o Brasil abrindo caminho para a independência do Brasil. Por seu apego ao Brasil, resistiu muito seu retorno a Portugal, mas deixou seu filho D. Pedro I (IV em Portugal) como Regente. As pressões de uma esfera privada (elite) no Rio de Janeiro levaram a um atrito com a Coorte Portuguesa e resultaram na independência do Brasil, em 1822, num viés transformador e noutro conservador por meio da transição sem confrontos, impondo-se uma continuidade monárquica.

A independência ocorreu por meio de um pagamento de indenização para reparar os prejuízos decorrentes da perda da colônia. Como não havia dinheiro, foi feito um empréstimo com a Inglaterra, em outras palavras, a dominação foi trocada apenas de mãos. Houve luta na Bahia, porém, como um todo, foi um processo pacífico em sua emancipação, diferente das antigas colônias espanholas da América do sul. Essa nova situação política brasileira impulsionou a formação de uma nação brasileira com órgãos de representação, poderes internos e representatividade externa. A monarquia garantiu que o Brasil se mantivesse como uma formação territorial continental. Ademais, nossa monarquia foi muito diferente da inglesa, francesa ou alemã. Não havia uma nobreza de sangue, pois muitos títulos eram distribuídos como instrumento políticos

agradando a vaidade dos latifundiários e comerciantes da época, criando uma corte a seu serviço. A par disso ocorria a miscigenação entre brancos portugueses e nascidos na colônia, negros e até mesmo os nativos indígenas dentro uma consciência cosmopolita, que por sua natureza, tornar-se-á um forte pilar na formação e transformação da esfera pública brasileira.

Logo após a independência foi formada uma assembleia para a preparação de uma constituição imperial, que devido a inúmeras divergências na disputa do poder pelo país e da disputa do controle do exército, foi dissolvida por D. Pedro I. Apesar da Constituição de 1824 ter nascido de uma forma autoritária pelo monarca à sociedade, percebe o reconhecimento de uma esfera política no Brasil por seu texto:

Carta Lei – de 25 de Março de 1824. [...]

Art. 1. O Império do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. [...]

Art. 9. A Divisão, e harmonia dos Poderes Políticos é o princípio conservador dos Direitos dos Cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias, que a Constituição offerece. [...]

Art. 151. O Poder Judicial é independente, e será composto de Juizes e Jurados, os quaes terão logar assim no Cível, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Código determinam. [...]

Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte [...]

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publica-los

pela Imprensa, sem dependência de censura [...] (CAMPANHOLE, 1989, p. 687-716)

O texto da Constituição reconhece uma esfera pública, ainda que elitizada, livre para comunicar suas críticas, inclusive pela circulação de jornais.

Quanto à solução de conflitos, assegura um poder judicial, porém ressalva a necessidade de uma tentativa de composição conciliatória prévia ao processo judicial. A “reconciliação”, como está disposta no texto, permite entender uma restauração da comunicação perdida e, com isso, geradora do conflito, sendo feita por um terceiro legitimado pela sociedade através do voto. Os ideais de liberdade e igualdade que motivaram pensadores na Europa a partir do século XVI:

[...] se constituíram em pauta obrigatória nos salões dos grandes centros europeus, sendo discutidos entre os nobres, letrados e “novos ricos”. Tornaram-se também motivo de debate nas ruas tabernas, entre as camadas mais incultas da população (HANSEN, 1999, p. 99).

No Brasil, algo análogo surge apenas no século XIX e por meio de uma Monarquia com traços peculiares decorrentes da miscigenação do povo brasileiro somado a outros fatores religiosos e políticos. Então, devido a uma necessidade em Portugal, D. Pedro I vai para a Europa e o Brasil fica sendo governado por algumas pessoas da elite enquanto se esperava a maioria de D. Pedro II, consolidando historicamente a esfera pública brasileira.

Ainda que haja, porém, imprensa e circulação de ideias, no Império e na Primeira República, as mesmas são alvo de tensões permanentes e do predomínio de uma visão dogmática e centralizadora do conhecimento e da informação.

Como resultado desta tensão entre a tradição dogmática e os anseios de participação cidadã nas questões políticas, observa-se na

esfera pública brasileira uma oscilação quanto ao desenvolvimento de mecanismos de resolução de conflitos baseados na argumentação e no diálogo, como é o caso da mediação: ora se defende amplamente este instrumento, ora este é depreciado, sob argumento da ineficácia; esta ineficácia, todavia, resulta em grande parte da neutralização normativa dos próprios institutos, que mantêm a aparência de democráticos, mas são esvaziados por um decisionismo dogmático de inspiração totalitária. Exemplo disso hoje é o instituto da conciliação, que foi juridificado, institucionalizado, mas que foi esvaziado em seu significado nos tribunais, pois se reduziu a um rito burocrático e ineficaz ou, o que é pior, quando gera resultado, é imposto pela “autoridade” judicial, togada ou leiga.

Em nosso país existem, por conseguinte, desafios para o desenvolvimento de uma cultura da democracia, com educação para o respeito à pluralidade e à tolerância no que tange às diferenças. E isso implica, dentre outras coisas, em resgatarmos a memória de constituição da esfera pública nacional, com suas potencialidades e mazelas.

1.2 A mediação de conflitos e a esfera pública

Nesses tempos modernos, estamos sob os cuidados do que chamamos de Estado Democrático que, sob a argumentação dos princípios da legalidade, da legitimidade, da ordem e da liberdade, e através de sua tríplice função (administrativa, legislativa e judiciária) nos mantém sob sua autoridade, proteção e direção como um tutor. Ser tutor significa ser aquele a quem é conferido o encargo ou autoridade, por lei ou testamento, para administrar os bens e dirigir e proteger a pessoa que não está em situação de responder sobre os seus próprios atos, menor ou incapaz.

O problema que hoje se apresenta é que nós, membros da sociedade, entendemos e percebemos o Estado democrático como um terceiro, um tutor, a quem conferimos poderes como menores ou incapazes fossemos e isto consequentemente significa, que diante de algumas escolhas de gestão e gerência, estabelecimento ou

formulação de regras e leis, ou ainda de julgamentos e decisões sobre fatos do nosso convívio, deixaremos de exercer o precioso papel cidadão.

A partir desta observação, algumas discussões se impõem: que tipo de democracia vivemos hoje, em que argumentos ela se apóia, como são nossas ações e decisões dos nossos próprios problemas frente a esta tutela do Estado quanto cidadãos. O presente trabalho não tem a pretensão de trazer esgotar o tema, mas de chamar atenção para o que nos envolve diariamente e para a necessidade de encontrarmos mecanismos para a consecução de uma cidadania mais ativa no Estado democrático. Neste sentido, apontar para a mediação como instrumento de resgate e cidadania e contribuição da esfera pública.

Atualmente, a ideia de democracia seria a de um regime político que, segundo Simone Goyard-Fabre (2003, p. 277), “repousa sobre uma organização constitucional na qual as autoridades e as instâncias políticas estão elas mesmas, submetidas ao direito: dessa concepção da democracia, o estado de direito é a forma jurídica acabada”. Assim sendo, esclarece ainda a autora citada que este regime se ancora na idéia de soberania do povo e no axioma da representação através do sufrágio universal.

Observe-se que a idéia de democracia enquanto regime se apóia em algo pronto e acabado, como a constituição e as leis, e que, uma vez legitimadas pela maioria através do sufrágio universal, obriga a todos. A questão que se quer apontar é como e em que espaço se realizam essas discussões que decidem sobre o interesses da coletividade e o mais importante como esta coletividade participa destas decisões.

Tomando como exemplo a estrutura estatal brasileira, percebemos que as decisões são tomadas em sedes de poderes onde estão a administração, o legislativo e o judiciário, que através da distorcida visão de soberania do povo e do princípio da publicidade decide e dá ciência aos concernidos das decisões impostas como um bom tutor. Esta forma de agir estratégica do Estado reforça a ideia que não somos hábeis, somos incapazes para qualquer tomada de

decisões na visão crítica Kantiana. Diante de tal enredo, de como se dão as decisões públicas no sentido político, vale a pena trazermos o entendimento habermasiano de esfera pública.

Habermas tem como fundamento de sua teoria crítica social a linguagem, esta é o principal instrumento que através da discussão, funda-se uma ética discursiva com base no diálogo e no consenso entre os sujeitos. Defende o referido filósofo, que o que se busca nesse diálogo é a razão, que uma vez reconhecida pelos participantes sirva de fundamentação para sua ação moral.

Essa razão, a qual Habermas denomina de comunicativa, não está pronta ou acabada, mas que se constrói a partir de uma argumentação que leva os envolvidos ao entendimento. Esta razão é interpessoal e não subjetiva; é processual, inacabada e não definitiva. De acordo com essa ideia, a esfera pública é um espaço onde as partes envolvidas discutirão, sem coação ou utilização da força, sendo capazes de se reconhecer reciprocamente como geradoras de razões para seu agir, capazes de argumentar sobre seus interesses, desejos, necessidades e expectativas. E diante disso, haverá a possibilidade do aperfeiçoamento da democracia, libertando-nos da sujeição tutorial do Estado.

Para a realização da esfera pública enquanto espaço de construção de uma democracia pautada no consenso e na melhor forma de garantir autonomia aos concernidos e afastar o Estado como tutor, nós estamos a propor aqui o estudo da mediação como uma das opções contributivas para a construção da esfera pública como espaço cidadão.

Entende-se por mediação um processo de autocomposição, quando duas ou mais partes encontram-se em conflito e neste momento buscam o auxílio de um terceiro desinteressado para ajudá-los na restauração das relações. Essa concepção de autocomposição, de identificação do problema, da busca pela solução racional, de agir em prol do entendimento mútuo, nos remete a ideia de autonomia, de capacidade de gerirmos nossos próprios atos, nossa própria vida. É diante dessa possibilidade e reconhecimento da autonomia que

jogamos por terra a visão “protecionista” do Estado que nos toma como incapazes de gerir nossa própria vida.

Perceber que o conflito é um fenômeno humano resultante das relações sociais, onde as expectativas frustradas e desejos não atendidos provocam o estranhamento entre os pares e, diante disso, buscar sua superação através da via dialógica.

Nesta perspectiva, estaremos agindo moralmente na construção do consenso, dentro daquilo que Habermas denomina de ética discursiva, uma ética fundada na linguagem, na utilização do diálogo para a chegada do consenso entre os sujeitos; uma vez reconhecido os argumentos advindos do diálogo, estes servem de fundamentação para a ação moral.

Neste contexto, a mediação é um processo de construção de cidadania, segundo o qual agiremos de forma autônoma para a chegada ao consenso. É a partir do dissenso, da suspensão de validade do discurso até então entendido como factual, ou seja, como acordado e sem objeções, que passamos a construir um novo discurso até chegarmos a um ponto em comum ao consenso.

Nesta construção, a participação na discussão sobre uma nova realidade a ser construída, esta deve ter em seu itinerário a prescrição do melhor argumento, tendo em vista que os envolvidos no conflito estão agindo numa relação de simetria, buscando e construindo o consenso, sem imposições, sem arbitrariedades, sem violência e sem coação.

No espaço em questão, onde o público e o privado se confundem, o que importa é a reconstrução das relações, é a chegada a um consenso de forma autônoma, sem imposição de terceiros decidindo a vida de outrem.

A mediação, enquanto reconstrução das relações, desenvolve a capacidade do envolvido no conflito de reconhecer-se e de reconhecer o outro quanto sujeitos de interesses, expectativas e desejos. A audição apurada do discurso, as ponderações, argumentações e justificativas do outro devem ser consideradas e vistas como meio de identificação e reconhecimento do real

problema, e que uma vez delimitado e mapeado o ponto central do conflito este deve ser objeto único da discussão.

Deve ser ressaltado que o princípio da sinceridade, no qual se exige a transparência das relações, deve pautar todo o procedimento da mediação, bem como que o ambiente criado para a discussão seja empático, respeitoso, que a partir da argumentação o entendimento seja levado aos indivíduos na melhor expressão da razão comunicativa.

Sob tal prisma, a mediação nos faz, enquanto proposta de solução de conflito, reavaliar nossa participação no espaço público uma vez que nos demonstra que somos capazes de agir e decidir sobre a sua própria vida. Esse empoderamento coletivo certamente levará a modificação do atual paradigma, onde temos o Estado, segundo Habermas (1984, p.14), “quanto poder público responsável pela promoção do bem público” como tutor da opinião pública. A expectativa então é transformar, ou melhor, é reconstruir a esfera pública como espaço de crítico e renovador da opinião pública.

2. Esfera pública e gestão universitária

2.1 A Universidade e a esfera pública social

A Universidade, como instituição que atravessa os tempos, foi concebida considerada sua função social e seus aspectos jurídicos de diferentes maneiras ao longo da história, mas certamente sempre alicerçada pelo seu fundamental legado: a formação humana global.

Habermas (1993, p. 129) chama atenção para o fato de que hoje a Universidade enfrenta o desafio de atender as demandas sociais em sociedades complexas, multiculturais e com diferentes perspectivas éticas e políticas, impedindo a dilaceração da própria sociedade.

A coexistência com igualdade de direitos de diferentes comunidades étnicas, grupos

lingüísticos, confissões religiosas e formas de vida, não pode ser obtida ao preço da fragmentação da sociedade. O processo doloroso do desacoplamento não deve dilacerar a sociedade numa miríade de subculturas que se enclausuram mutuamente. (HABERMAS, 2002, p. 166)

Essas características se mantêm até os dias de hoje e fazem da Universidade, principalmente a estatal, a instituição ainda constituída com os pilares conceituais do espaço público democrático por excelência. Resiste ainda como instância do público, onde a pluralidade de ideias é permitida e até desejada, cabendo ainda em seu espaço a formulação de questionamentos e a resistência à normalização dos valores massificados e dos modismos efêmeros, esses aceitos por uma sociedade que os abraça como se não houvesse outra possibilidade de caminho a seguir, sem nem ao menos conseguir justificá-los adequadamente.

Certamente a Universidade não conseguiu se manter totalmente impermeável aos distúrbios oriundos da “publicidade” coatora, da manipulação ideológica das mídias, chegando a aceitá-la em parte na sua dinâmica interna, até mesmo na disputa política para a eleição dos seus próprios gestores, por exemplo. Mas certamente, com franca vantagem, constitui ainda palco para o contraditório, para a existência da diversidade, para a busca plural por novas soluções e, mais necessário, para a construção na prática discursiva.

No Brasil, nos últimos anos, as Universidades Públicas Federais vêm passando pelo enorme desafio de “expandir” com qualidade. A implementação do Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – vem sendo efetivada em todos os recantos do país, preconizando a ampliação do acesso ao ensino superior, havendo a previsão do redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, entre outras coisas. É importante que a expansão quantitativa seja acompanhada de forma indissolúvel pelos horizontes da qualidade e com vistas à

ampliação do espaço público, onde quer que ela aconteça, mantendo o seu caráter de esfera comunicativa de atuação.

Através do ensino, da pesquisa e da extensão, atividades intrínsecas da Universidade, constroem-se vínculos entre os atores que nela atuam, seus usuários e comunidade em geral, na tentativa efetiva de estabelecer uma instância pública de fato, onde os indivíduos exercitam a sua possibilidade de “ser”, compreendendo a importância de “ser” com “outros”, com as perspectivas do “todo social”.

Mas os processos de aprendizagem universitária não só mantêm a sua interação com a economia e a administração, como também continuam em estreita ligação com as funções de reprodução do “mundo da vida”. Para lá de prepararem para a carreira acadêmica, a prática que propiciam de uma forma de pensamento científico (isto é de uma atitude hipotética face a fatos e normas) permite-lhes dar o seu contributo para o processo geral de socialização; para lá do saber especializado, contribuem para a formação crítica intelectual, com as suas leituras fundamentadas dos acontecimentos atuais e as suas tomadas de posição política objetivas; para lá da reflexão sobre métodos e fundamentos, contribuem, com as ciências humanas, para uma continuidade hermenêutica das tradições, e com as teorias da ciência, da moral e da arte e literatura para a formação de uma consciência própria das ciências no âmbito geral da cultura. E é ainda a forma universitária de organização dos processos de aprendizagem científicos que permite que as disciplinas especializadas, para além de preencherem estas diversas funções, simultaneamente se enraízem no “mundo da vida”. (HABERMAS, 1993, p.127)

Para atender estes desafios, todos os que atuam na Universidade, e ainda os que, mesmo fora dela, compreendem-se partícipes da sua construção, porque a reconhecem como espaço seu também, deverão ser instados a acompanhar esse processo de forma acurada, a fim de garantir a manutenção de seu caráter público, a despeito dos novos contornos sociais e institucionais.

As estruturas do mundo da vida carregadas de tecnologia exigem de nós, laicos, agora como antes, a relação inocente com aparelhos e dispositivos enigmáticos, uma confiança habitual no funcionar de técnicas e comutadores opacos. Em sociedades complexas todo especialista torna-se um laico diante de todos os demais especialistas. (HABERMAS, 2001, p. 57)

A partir de um horizonte discursivo, de inspiração na teoria da ação comunicativa habermasiana, acreditamos que essa expansão deva ser fundamentada no desenvolvimento da autonomia, na cidadania participativa e cosmopolita e para o fortalecimento das práticas democráticas, no sentido de fortalecimento das bases exigidas por um Estado Democrático de Direito.

A superação do mecanicismo e do automatismo da ação humana, na sociedade e na própria Universidade, implica no resgate da capacidade crítica e reflexiva diante dos novos contextos, o que significa um processo crítico e autocrítico, na compreensão do seu papel social.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. [...] Diz-se com freqüência que a modernidade é marcada por

um apetite pelo novo, mas talvez isto não seja completamente preciso. O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada — que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão. (GIDDENS, 1991, p.39)

A crítica social e institucional somente adquire legitimidade e condição de transformação das instâncias (HANSEN, 2010, p. 14) à medida que se alicerça em processos comunicacionais e argumentativos.

Podemos dizer, em resumo, que as ações reguladas por normas, as auto-representações expressivas e as manifestações ou emissões valorativas vêm a completar os atos de falas constatativos para configurar uma prática comunicativa que sobre o pano de fundo de um mundo da vida tende à consecução, manutenção e renovação de um consenso que descansa sobre o reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade suscetíveis de crítica. A racionalidade imanente a esta prática se manifesta em que o acordo alcançado comunicativamente tem de apoiar-se numa última instância em razões e a racionalidade daqueles que participam nesta prática comunicativa se mede pela sua capacidade de fundamentar suas manifestações ou emissões nas circunstâncias apropriadas. (HABERMAS, 1997, p.36, v.I)

Ressalte-se, finalmente, que é fundamental que o ambiente acadêmico, sobretudo nas instituições públicas, seja formatado para que os indivíduos que nela atuam, ou ainda os que fora dela são tangenciados pela sua atuação, exerçam uma participação cidadã

democrática ativa. De outra forma, no contexto de sua reestruturação, corre o risco de vermos alterada a sua missão, com a possibilidade do surgimento de uma concepção anômala de Universidade, distanciada do seu real propósito, ora mantendo o conhecimento encastelado, à guisa de alimentar a vaidade de alguns, ora priorizando a produção de um conhecimento atrelado ao interesse de poucos, em total descumprimento da sua finalidade social, e ainda em detrimento da sua tarefa primordial que é formar cidadãos e garantir que o seu espaço tenha o caráter de esfera pública, onde se estabeleçam práticas discursivas com toda a sociedade, garantindo a sua manutenção como instância democrática.

Mesmo fora da universidade, os processos universitários de aprendizagem mantêm algo da sua forma universitária original. Todos eles vivem da força estimulante e produtiva de uma disputa discursiva que traz consigo a “nota promissória” do argumento surpreendente. As portas estão abertas, a cada momento pode surgir um novo rosto e uma idéia inesperada. (...) Não gostaria, no entanto, de repetir o erro de apresentar como exemplar a comunidade comunicativa dos investigadores. No conteúdo igualitário e universalista das suas formas de argumentação ganham expressão apenas as normas da atividade científica, e não as do todo social. Mas elas participam de forma marcante daquela racionalidade comunicativa através de cujas formas as sociedades modernas - isto é, não cristalizadas e libertas de modelos dominantes - terão de ganhar consciência de si próprias. (HABERMAS, 1993, p.129-130)

2.2 A Universidade e a esfera pública interna

Buscando acompanhar as mudanças que aconteceram no mundo, em busca da modernização da gestão do que é público, diversas iniciativas vêm sendo adotadas no sentido de modernizar o Serviço Público, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

A Universidade pública, que na esfera pública representa a instituição de caráter mais democrático, estranhamente em algumas ocasiões se deixa permear por gestores que, no seu dia a dia, implementam uma postura estratégico-instrumental, utilizando o espaço público como se privado fosse. Conforme Hansen (2012):

[...] para que a Universidade consiga dar conta dos anseios sociais com relação à sua atuação institucional, ela necessita realizar um processo amplo de avaliação institucional, no qual a discussão acerca do papel dos gestores institucionais é mister. [...] A gestão universitária somente será eficaz, eficiente e socialmente relevante se for realizada a partir de parâmetros de desenvolvimento que privilegiem a participação coletiva e democrática de seus atores.

Observa-se que, ao realizarem seus discursos, os gestores tentam formar a opinião pública interna de forma que todos tenham a imagem de uma gestão democrática, participativa, na qual toda a comunidade universitária está envolvida, desde os gestores, docentes, discentes, até o mais simples dos agentes universitários.

Utilizando a mídia falada, televisiva, impressa e virtual, divulgam suas propostas muito bem elaboradas, e cada gestor busca formar a opinião das pessoas para convencê-las que a sua é a melhor, mais ética e mais justa. “A publicidade se impõe com a ajuda de uma secreta política de interesses; ela consegue prestígio público para uma pessoa ou uma questão.” (HABERMAS, 2003, p. 235).

Contudo, o que se tem observado é que quando o gestor universitário, já eleito, assume sua cadeira, o discurso de campanha já não coincide com as ações e o gestor não procede como deveria ou havia dito que faria, pois entram em cena questões políticas diferentes do compromisso assumido, a questão do poder que o gestor passa a possuir. Tudo isso influencia na forma com que ele passa a administrar e se relacionar com os demais servidores da universidade. E é a partir daí que se observam as habilidades do gestor em sua capacidade de conquistar o compromisso e adesão daqueles que estão sob seu comando.

Na esfera pública interna da universidade nem sempre acontece como se divulga na esfera pública externa.

Quando em um assunto de interesse de poucos, mas que gera benefícios políticos e econômicos a estes interessados, os demais servidores da instituição não são consultados e muito menos têm o direito de saber o que está sendo discutido e decidido. Somente entre um seletivo grupo é que se está tomando decisões e planejando, isso em nome de todos e para interesse de poucos.

Na maioria das vezes, os gestores universitários agem com o discurso de que a decisão tomada é para o bem comum, o que não passa de uma estratégia para justificar e encobrir o que é interesse de alguns e não beneficia a maioria.

Infelizmente são levadas a público somente as discussões sobre o que é de interesse da universidade, somente aquilo que de certa forma não mostra o real interesse dos gestores. Pois quando interessa somente a beneficiar e favorecer o que eles querem e acreditam ser o melhor, agem em reuniões fechadas e só divulgam os resultados após o fato consumado.

A consequência desse tipo de atitude fica clara quando se observa os comentários dos servidores, pelos corredores da instituição, explicitando sua indignação sobre o fato já consumado. Fora a divulgação dos sindicatos e outros órgãos que também expressam sua opinião.

Contudo diante dos protestos divulgados por aqueles que não concordam e se sentem afetados pelas decisões, os gestores

iniciam uma discreta retaliação nos bastidores da universidade. Atitudes essas que não são percebidas pelo público externo, porém quem está internamente envolvido sente no seu dia a dia as conseqüências de ter expressado sua opinião, através de sobrecarga de trabalho, tratamento frio e informal, pressão psicológica diária, entre outros.

Diante do acima exposto vem o questionamento: e a gestão participativa divulgada nas campanhas políticas eleitorais? E esses processos democráticos internos, estão sendo definidos conforme a natureza de espaço público e democrático que as Universidades constituem? Como garantir a adoção de procedimentos discursivos internos realmente democráticos e coadunados com a natureza dos princípios norteadores de instituição pública desta natureza em seus processos de gestão?

Não se pode olhar apenas o lado menos iluminado da situação, há perspectivas e desafios que podem auxiliar na construção de uma esfera pública crítica interna, capaz de alimentar a atuação da universidade na esfera publica social.

Neste sentido, a perspectiva discursiva nos parece a apropriada para uma gestão em que todos os envolvidos, gestores e demais membros na comunidade universitária, tenham direito ao discurso, sem impedimentos ou coações.

Inconcebível que utilizem "dois pesos e duas medidas" nas suas atitudes, que se contradigam em suas afirmativas, que não sejam sinceros ou verdadeiros quando proferem as suas crenças. É fundamental que tratem a todos com simetria (atitude eu-tu e não eu-isso), isto é, se relacionem com o outro como um ser humano igual e não como um mero instrumento, um objeto que depois de usado é descartado, possibilitando vislumbrarmos a vivificação do verdadeiro sentido da democracia na instituição.

Em vez de pensar a democracia como uma flor frágil, que se pode facilmente pisar, talvez devamos

vê-la como uma planta robusta, capaz de medrar até no terreno mais estéril. Se minha argumentação é correta, a expansão da democracia está estreitamente associada a mudanças estruturais em curso na sociedade mundial. Nada acontece sem luta. Mas a promoção da democracia em todos os níveis é uma luta que vale a pena empreender e ela pode ser vitoriosa. Nosso mundo em descontrole não precisa de menos, mas de mais governo – e este, só instituições democráticas podem prover. (GIDDENS, 2003, p.90-91)

Assim, somente a partir da perspectiva discursiva é que a Universidade vai cumprir seu papel crítico na sociedade, a partir de uma autocrítica permanente, ensinando a partir do seu próprio exemplo de gestão, sedimentando a própria democracia da qual tem sido ferrenha guardiã.

Conclusão

Passados cinquenta anos da apresentação ao mundo da obra *Mudança estrutural da esfera pública*, por Habermas, ela continua a suscitar interesse e revela atualidade. A MEEP traz a produtividade e vigor de uma obra que nos desafia ao repensar, em nível local e global, a nossa própria esfera pública e, por contraste, a nossa esfera privada.

Desde a gênese da MEEP, o planeta se transformou e as relações internacionais se modificaram em larga medida: de lá para cá tivemos os movimentos de contracultura e as revoltas estudantis de 1968, as ditaduras na América Latina, a luta pelos direitos humanos nos EUA e anti-*apartheid* na África; na Europa, a queda do muro de Berlim significou não apenas a cessação da guerra fria e a conseqüente reconfiguração geopolítica mundial (fim da URSS, formação de novas nações européias, unificação alemã), mas a

possibilidade de novas formas de organização intersubjetiva e de soberania, com a comunidade européia. A explosão demográfica, a hiper-aceleração do desenvolvimento tecnológico, a disputa por mercados, tudo isso gerou a globalização das relações, mediadas pela internet e pelas redes comunicacionais, e a planetarização do horizonte de preocupações que atingem a nossa existência a cada dia.

Nesta efetiva aldeia global real e virtual, somos intimados a refletir sobre questões como: ética, cosmopolitismo, comunitarismo, multiculturalismo, pluralidade, fundamentalismo, representatividade política, legitimidade, estado-nação e pós-nacionalidade. Todos estes são ingredientes, exemplificativos e não exaustivos, da pauta de discussão sobre a esfera pública contemporânea, na qual a obra habermasiana tem imensa contribuição a fornecer.

Elementos como democracia procedimental enquanto condição de possibilidade para a sociabilidade, política deliberativa como caminho, ética do discurso como balizadora das relações humanas, racionalidade comunicativa como pano de fundo da atuação nas esferas sociais, todas estas são contributos habermasianos para o pensamento atual e que tem o seu germen contido na obra MEEP.

Neste texto encontramos uma tentativa de um grupo de pesquisadores no intuito de tratar academicamente as repercussões da MEEP no âmbito da gestão universitária e na mediação de conflitos, com a incidência destes temas na sociedade brasileira. Mais do que um mero trabalho acadêmico de teor habermasiano, este artigo é produto do exercício das concepções habermasianas enquanto procedimento para a construção do conhecimento e da cidadania ativa, que começa já na elaboração dos resultados do debate acadêmico.

Que nós, legatários da herança habermasiana, possamos nos mostrar à altura do desafio de construir uma esfera pública capaz de permitir a plena manifestação dos seus concernidos, de modo a que estes escolham, deliberem e definam por soluções políticas, econômicas, jurídicas e culturais que permitam a realização da justiça numa plataforma de cosmopolitismo e moralidade. Aí sim

estaremos fazendo jus à grandeza da obra ora celebrada e do autor que a ela deu vida.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, André Gomma (org.). *Manual de Mediação Judicial*. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.
- CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- CALDEIRA, Jorge. *Brasil: A História contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário, 84 – Série Estudos Alemães).
- HABERMAS, Jürgen. A idéia de Universidade: processos de aprendizagem. Tradução de João Barreto. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 74, n. 176, jan.-abr. 1993. Brasília: MEC-INEP, p. 111-130.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1992. 2 v.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio Köthe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, 76 – Série Estudos Alemães).
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Tradução de George Sperber e Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001.
- HANSEN, Gilvan Luiz. *Modernidade, utopia e trabalho*. Londrina: Ed. CEFIL, 1999.
- HANSEN, Gilvan Luiz. Gestão pública: desafios e perspectivas. In: HANSEN, Gilvan Luiz; FARIA, M. L. V. *Curso de Capacitação em Gestão Pública. Módulo III: Gestão em Administração Pública*. Nível E. Niterói: EDUFF, 2010.